

A DIMENSÃO EDUCATIVA DO FAZER MILITANTE NO MST

PAIVA, Irene Alves de – UFRN

GT: Movimentos Sociais e Educação / n.03

Agência Financiadora: Não contou com financiamento.

Este trabalho analisa a organização coletiva do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, enquanto prática educativa, enfocando as possibilidades e limitações das práticas formativas que se estabelecem no processo socializador dos sujeitos envolvidos nas ações coletivas. Destacaremos como diferentes práticas de formação política – cursos, reuniões, encontros introduzem novos valores e modificam o comportamento dos sujeitos nas suas relações cotidianas, quanto a participação, organização e no modo de agir coletivo, ou seja, como esses espaços propiciam a afirmação de novas identidades.

Com esta investigação, verifica-se os conflitos e consensos que se consubstanciam na apropriação dos aprendizados político e social e como isto se produz no processo de socialização dos sem terra, enquanto forma de inserção dos sujeitos e de criação de valores. O que o trabalho tenta apontar é que a articulação entre o movimento e a realidade pode produzir valores e estilo de vida democráticos sinalizando para a construção de uma nova cultura política, do mesmo modo que a desarticulação tende a construir o inverso, a dominação, pois, como acentua Weber (1994, p. 25), *na relação associativa a ação social repousa num ajuste ou numa união de interesses racionalmente motivados (com referência a valores ou fins). A relação associativa, como caso típico, pode repousar especialmente (mas não unicamente) num acordo racional, por declaração recíproca.*

Para entender o processo de organização coletiva no campo da formação política do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, utilizaremos o conceito de movimentos sociais enquanto categoria analítica para pensar os processos pelos quais os atores produzem sua organização, politizam os conflitos sociais, buscando compreender sua contribuição na produção de novos aprendizados para os que dele participam, sejam militantes, dirigentes, assentados e acampados da “base”, quanto ao exercício da participação coletiva e a construção de uma cultura política democrática.

Neste sentido, apreende-se os mecanismos de constituição de valores, condutas e hábitos no enfrentamento dos conflitos sociais, que se concretizam na ação

coletiva, no processo de formação/educação estruturado pelo MST. Os documentos produzidos e as ações¹ realizadas no campo da formação revelam que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra tem investido na formação/educação, com o objetivo de capacitar e qualificar os militantes e dirigentes para intervir nas diversas esferas da vida social.

Examina-se a ação da formação política desencadeada pelo MST, a partir da década de noventa e sua operacionalização nas práticas cotidianas vivenciadas pelos militantes e famílias e famílias assentadas no estado do Rio Grande do Norte. São exploradas duas dimensões: a primeira refere-se à estrutura do Movimento, princípios políticos orientadores da ação focalizados nos documentos, cartilhas, livros e revistas, disponíveis e que são utilizados nos cursos e encontros de formação. A segunda diz respeito às formas de organização, participação e falas dos militantes e assentados.

Analisar o papel e o significado do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, enquanto protagonista de uma ação coletiva direcionada para resistência e mudança, é um empreendimento que requer muito cuidado para não cair em um encantamento sem volta ou num desencantamento sem explicação.

As análises sobre a sociedade global têm apontado que as mudanças provocadas pela globalização, pela revolução da tecnologia da informação e pela reestruturação do capitalismo imprimem uma nova lógica de organização que, no campo do trabalho, é caracterizada pela flexibilização e instabilidade do emprego e individualização da mão-de-obra e, no campo da cultura, pela ênfase em um sistema de “mídia” onipresente e interligado que se soma ao questionamento das utopias revelado no desencantamento com a organização coletiva e no dissenso dos movimentos sociais (Castells, 1999).

É em torno destas questões que se constituem os conflitos sociais e se organizam as ações coletivas no mundo contemporâneo, pois as mudanças ocorridas nos campos da política e da economia se expressam na forma como os indivíduos se organizam coletivamente e em nome de quê constroem as reivindicações, os conflitos e as intencionalidades dos atores, definem a forma e o conteúdo da ação coletiva, a partir do confronto e/ou da negociação.

Os movimentos sociais representam a existência de conflitos e a perspectiva de mudança social e em busca de seus objetivos as relações com o exterior, com os

¹ Cartilhas, cadernos de formação dos diversos aspectos, cooperativismo, educação, política agrícola, entre outros.

concorrentes, aliados, adversários e, em particular, as respostas do sistema político e dos aparatos de controle social, definem um campo de oportunidades e de vínculos dentro do qual um ator coletivo se forma, se mantém ou se modifica dentro no tempo (MELUCCI, 2001, p.23). Nesta dinâmica, os sujeitos negociam e renegociam continuamente aspectos da sua atuação.

A literatura pertinente aos movimentos sociais² tem se encarregado de analisar as ações coletivas orientadas pela ação política cujas metas apontam para mudanças da sociedade através da ação instrumental. Outro foco de análise volta sua atenção para os movimentos em que a atividade se desenvolve no campo da cultura, com ênfase nas mudanças de mentalidade e de comportamento dos indivíduos.

Na América Latina, especificamente na sociedade brasileira, em finais da década de oitenta, estas abordagens, principalmente a europeia, fundamentam as explicações e pesquisas feitas sobre a emergência de muitas manifestações e ações coletivas organizadas pelos setores populares, os movimentos de bairros e as Comunidades Eclesiais de Base.

Em um primeiro momento, estudiosos e militantes atribuíram a estas práticas um potencial político transformador que elas não tinham. Na verdade, as ações organizadas pelos movimentos populares eram de natureza localizada e voltadas para o atendimento de demandas imediatas; longe estavam de questionar a ordem social. *Embora tenha sido grande a controvérsia sobre os efeitos da ação política dos movimentos populares, é inegável que impuseram novos parâmetros para redimensionar as questões da cidadania em uma sociedade que sistematicamente, tem negado direitos às maiorias radicadas no campo e na periferia dos centros urbanos* (SPOSITO, 1993, p.26).

No que diz respeito aos conflitos e lutas sociais no campo, várias pesquisas analisam a situação de expropriação, de violência e de dominação a que são submetidas as populações do campo, bem como as lutas por terra³. No que diz respeito especificamente ao MST, já existe uma produção significativa em diversas áreas do conhecimento, tanto no que se refere à organização do movimento, quanto à estruturação dos assentamentos.⁴

² A esse respeito consultar; Cardoso. R., 1987; Scherer-Warrer, 1996; Gohn,1997; Castells,1999.

³ Sobre as lutas dos trabalhadores rurais em torno da terra e os processo de violência e expropriação são ver MARTINS, 1980

⁴ Ver. POKER, José Geraldo, 1999. 1995; CRUZ, Armando, 1996; FERNANDES, B. M. 1985, 1999.

Em nossa análise, enfocaremos as práticas formativas do MST enquanto forma de ação coletiva que expressa os conflitos gerados pelos processos sociais agrários, mas, sobretudo, que consegue impor uma dinâmica diferenciada na luta política dos setores populares, ampliando os espaços de associação e integrando várias dimensões da organização coletiva, como a política e a cultura.

O MST apresenta-se enquanto um ator social, dotado de uma intencionalidade, empreendida na sua tarefa de organizar e coordenar ações orientadas para mudança. Neste contexto, investe na organização interna e externa, agregando coletividade de pessoas, que compartilham de desejos e carências comuns, os pobres que lutam por terra e por direitos sociais.

Na interpretação de Melucci (2001), para identificar um movimento social como categoria de análise é necessário verificar três condições: o rompimento das regras do jogo, proposição de objetivos não negociáveis e questionamento à legitimidade do poder; estes aspectos são manifestados nos conflitos e nos limites do sistema de relações a que a ação se destina.

Para tal empreendimento, *os atores constroem a sua ação através de investimentos organizados: definem, isto é, em termos cognitivos, o campo das possibilidades e dos limites que percebem, ativando ao mesmo tempo as suas relações para dar sentido ao seu agir comum e aos objetivos que perseguem* (MELUCCI, 2001, p.46). Assim, constituem no seu interior elementos agregadores, a exemplo dos símbolos, dos rituais e das formas de manifestação de massa.

Portanto, na dinâmica constitutiva dos movimentos sociais, elaboram-se conhecimentos que são apropriados e formam os próprios sujeitos que ao serem construídos se opõem aos papéis sociais e à lógica de dominação. É deste processo que deriva a função educativa dos movimentos sociais, à medida que se tornam espaços por excelência de um aprendizado político e social. Os fenômenos discursivo e político tornam-se para os indivíduos que deles participam referência tanto objetiva quanto subjetiva. Objetiva quanto à estrutura de condução de suas ações e subjetiva enquanto suporte de sustentação de seu modo de agir, através dos sentimentos e emoções, medos; enfim nas relações afetivas, envolvendo todas as esferas de valores normativos e éticos.

Os movimentos sociais são portadores de discursos e práticas em que se cruzam conhecimentos científicos e cotidianos. Os fundamentos filosóficos, políticos e as experiências vividas pelos sujeitos dão sentido e orientam as interpretações da

realidade. Como ressalta Sader (1988, p. 145) os discursos são adaptados e mesclados a cada situação, modificando as próprias matrizes que os alimentam.

Touraine (1995, p. 220), ao analisar a construção do sujeito como movimento social, conclui que este *não se constitui na consciência de Si-mesmo, mas na luta contra o anti-sujeito*, expressa na crítica à sociedade, resiste ao poder dos aparelhos de produção e de administração. Assim, argumenta o autor, *a presença do sujeito no indivíduo deve ser percebida ao mesmo tempo como distanciamento do indivíduo com relação à ordem social e como vivência imediata*. Para isso, é necessário que o engajamento do indivíduo ultrapasse a apreensão espontânea de ver o mundo como um campo de exercício de sua atividade prático-utilitária para uma compreensão crítica, *na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica* (FREIRE, 1980, p.26). Esta apreensão é expressa nas ações de recusa e resistência e na criação de projetos de mudanças.

Pensamos, então, que a construção do sujeito implica uma ação re-socializadora, pois é no processo de socialização que os sujeitos experimentam diferentes modalidade de comportamento, o que proporciona e favorece rupturas com os padrões instituídos socialmente. Segundo Berger e Luckmann (1985, p.174), *o ponto inicial desse processo é a interiorização, a saber a apreensão ou interpretação imediata dotado de sentido*. Esta apreensão não resulta da ação isolada, e sim das interações objetivadas e compartilhadas subjetivamente, nas quais os indivíduos passam a assumir o mundo e este pode ser recriado e até modificado.

Isto supõe aprendizagem, apropriação de conhecimentos, em que os sujeitos são produtos e produtores da realidade social. Isto é, confrontação de idéias e interesses sob forma de atividades material e cognitiva, pois a socialização *designa atividade que unifica os seres na base de um compromisso ou de uma coordenação de interesses segundo o esquema da racionalização por valor ou finalidade*. (FREUND, 1987, p. 95).

Compreendemos a socialização como um processo não linear, que se realiza na interiorização do dito como verdade e, quando confrontado com o novo aprendido nas interações, entra em conflitos com conhecimentos anteriores cristalizados e que estão nas lembranças e nas explicações do sujeito sobre sua realidade. Nesta perspectiva, diríamos que a partir dos conflitos gerados no interior dos grupos, na disputa entre os membros para validação de seus conhecimentos, se produzem e se recriam outros valores e comportamentos.

O pensamento cotidiano que orienta as atividades práticas dos sem terra está presente na explicação da realidade de vida, respondendo às necessidades e desejos particulares, a partir de valores produzidos socialmente. Muito embora o pensamento cotidiano esteja na consciência coletiva e como tal vinculado a sua vida de modo inseparável, ele se modifica, ainda que lentamente e, se comparado com o pensamento científico, pode aparecer como conservador e inerte.

Para Heller (1977), o mundo da vida cotidiana pode ser reordenado pelo homem e, na medida em que não atenda a suas necessidades, tais mudanças derivam sempre de grupo e para isto é necessária a consciência de um nós. O “nós” fundamenta a atividade política para sua realização e se sobrepõe ao pensamento cotidiano considerado conservador. Como analisa Bourdieu (1989, p. 164), *o que faz com que a vida política possa ser descrita na lógica da oferta e da procura é a desigual distribuição dos instrumentos de produção de uma representação de mundo social explicitamente formulada*, o que significa na linguagem do autor que o capital político prevê que os sujeitos sejam dotados de instrumentos materiais e capital cultura. Sob este ângulo, o homem comum entra no jogo do campo político como consumidor.

Para Bourdieu (1983, p.19), a socialização é um processo que se desenvolve produzindo *habitus*⁵ distintos. *As estruturas de um habitus logicamente anterior comandam, portanto, o processo de estruturação de novos habitus a serem produzidos por novas agências pedagógicas*. Assim, a participação no campo da política possibilita aos sujeitos adquirir conhecimentos e competência produzindo novos *habitus*. Podemos dizer que a organização coletiva, como atividade da luta política, garante aos sujeitos envolvidos a apreensão de um capital social que se expressa na organização social, nas condutas e comportamentos, alterando as relações sociais de dominação.

Entretanto, se os coordenadores da ação desconhecerem o pensamento cotidiano, os interesses e desejos dos sujeitos podem, ao invés de produzir novos valores, reproduzir diferentes formas de dominação, a luta se reduz aos interesses da organização, independente dos que fazem a organização. Isto decorre do descompasso entre os interesses dos coordenadores da ação coletiva e os desejos e aspirações dos que fazem a ação. Muitas vezes, para atender às necessidades políticas do Movimento, as

⁵ Segundo Bourdieu, *habitus é um sistema de disposições variáveis e transponíveis que exprime, sob a forma de preferências sistemáticas, as necessidades objetivas das quais ele é produto* (Bourdieu. in: Ortiz, 1983:82).

lideranças desenvolvem e operam com conhecimentos e práticas políticas que as podem distanciar das bases.

Martins (1989), analisando a ação dos atores que atuam no campo, os quais classifica como grupos de mediação, identifica um descompasso entre o que se fala e o que a realidade revela; em outros termos, significa que a intencionalidade dos coordenadores muitas vezes se distancia dos reais interesses do homem comum. Neste sentido, acentua o autor (...) *o deslocamento próprio de uma reivindicação mediada por interesses e concepções de uma categoria social diferente da categoria ou das categorias em nome das quais a reivindicação ou pressão é feita. Esse desencontro é grave, é a base do que estou chamando de tendência à anomia no caso dos movimentos populares no campo* (MARTINS, 2000, p.76).

Os estudos sobre o MST têm apontado as mudanças provocadas por este ator nas experiências de reorganização da luta pela reforma agrária. Alguns têm valorizado as práticas do Movimento enquanto constituídos de identidades do Sem Terra. Nesta perspectiva, encontram-se principalmente as análises de Caldarte (2000), Fernandes (1989) e do próprio Stédile (1997), liderança nacional do movimento.

Em outra direção, destaca-se a análise de Martins que, embora reconheça a importância do Movimento e a eficácia de sua intervenção nas lutas sociais, em suas análises tem enfatizado os desencontros das proposições políticas dos grupos de mediadores, incluindo-se aí o MST e as expectativas de mudanças ao alcance dos homens simples.

Não obstante, há um consenso em considerar o MST como um movimento, criativo na capacidade de mobilização, na negociação, na utilização da mídia para difundir suas idéias, na constituição de símbolos, aspectos que o tornam diferente de outros movimentos sociais e sindicais.

A forma de organização e mobilização tem feito o MST ganhar visibilidade nacional, através de ações desenvolvidas na luta pela reforma agrária, articulando às questões sociais, como o direito à educação, à saúde, à dignidade de vida. As aspirações centram-se na garantia do acesso da população do campo aos seus direitos sociais (micro); no macro, a intencionalidade e a reflexão têm se pautado na perspectiva de mudanças sociais e políticas, no sentido de assegurar ou transformar valores básicos que regulam a ordem institucional, ao questionar e reagir à estrutura excludente e ao autoritarismo social que historicamente têm configurado a sociedade brasileira.

Observamos que documentos e as práticas contestatórias empreendidas pelo MST estão ancorados na matriz discursiva da política emancipatória, com tendência a supervalorizar sua potencialidade política e minimizar a política da vida, ou seja, a trama das relações vivenciadas no cotidiano dos sem terra. De acordo com Giddens (1991, p 154), *a política emancipatória tem que estar vinculada à política da vida, ou uma política de auto realização da vida.*⁶ Assim, o desafio é conseguir olhar o MST a partir dessas duas perspectivas, o que permitirá compreender seu significado na realidade social dos sujeitos que fazem o Movimento.

Os documentos indicam que para o MST a formação tem como objetivo formar a consciência política dos que fazem a organização e se realiza em diferentes momentos e de distintas formas, nas práticas, reuniões, assembléias, mobilizações, encontros, seminários, leituras individuais, cursos, etc. Destaca-se ainda que a necessidade de qualificar seus quadros/militantes para o Movimento é tão importante quanto os processos de ocupação.

A perspectiva de se estabelecer a relação entre ação e reflexão na formação política possibilita o acesso a conhecimentos, informações e habilidades, permitindo aos sujeitos desenvolverem capacidades intelectuais, como leitura, argumentação, confrontação das idéias e habilidade de expressão, comunicação e coordenação que incorporados, tendem a formar novos habitus que irão orientar e conduzir as práticas de ação coletiva.

Para entender a intencionalidade do Movimento e a produção de novas relações sociais, faz-se necessário apresentar duas observações metodológicas para a compreensão desta análise: a primeira, corroborando a idéia de Castells (1999, p.94) de que *os movimentos sociais devem ser entendidos em seus próprios termos*; na pesquisa caracterizamos o MST de acordo com sua própria dinâmica, conforme suas práticas, valores e discursos. A segunda diz respeito ao nosso enfoque - a formação política como organizador da ação coletiva, o foco central incide sobre a reflexão e ação do Movimento na constituição do agir coletivo.

Constatamos a partir da leitura dos documentos que o MST cria a demanda da formação política e da escolarização para formar as suas lideranças, mas também para que o projeto de mudança possa ter ressonância junto a sua base. Neste sentido, a

⁶ Para Giddens (1991), Política emancipatória refere-se a engajamentos radicais voltados para libertação das desigualdades ou servidão, A política da vida implica em engajamentos radicais que procuram incrementar a possibilidade de uma vida realizada e satisfatória para todos.

estrutura dos cursos e encontros, mobilizações de massa são considerados momentos de interiorização dos ideais e dos valores do Movimento. A partir deles, afirmam e formulam o discurso, a formação ideológica, a capacidade de dirigir ações, de tomar decisão, de fazer negociação com outros atores (os opositores). A intencionalidade do Movimento é a superação da situação de dominação, *denunciar as desigualdades sociais, a concentração de riqueza e de poder*.

Esta intenção está explícita nos documentos do movimento, diretrizes, normas e cartilhas. O estudo, a busca do conhecimento intelectual e técnico, tem sido um investimento constante, o que pode ser observado pela quantidade de publicações que servem de orientação para as atividades formativas e o número de cursos oferecidos para militantes e dirigentes. Resta saber o porquê deste investimento, em que tem contribuído para a transformação e produção de novos valores, comportamentos e estilos de vida.

Na investigação sobre as práticas de formação do MST, verificam-se algumas semelhanças com as experiências de organização popular anteriores: o chamado trabalho de base; os cursos, destinados aos treinamentos das lideranças, no caso os militantes; a necessidade da escolarização.

No âmbito dos campos da cultura e da educação, o MST trabalha com duas dimensões de formação, a política e a educacional, que não estão desvinculadas, apesar de existirem espaços e momentos onde são priorizadas independentemente. A primeira centra-se na transmissão das concepções e valores do movimento e na capacitação para atuação política. A ação é realizada através de cursos, treinamentos, encontros. A segunda realiza-se pela escolarização e capacitação técnica de seus militantes, através de cursos que, quando necessitam de reconhecimento legal, são realizados em parceria e/ou convênio com instituições de ensino. Parece ser esta uma das práticas mais inovadoras dada a ênfase e realizações que o Movimento tem feito com a construção de uma proposta de escolarização, em todos os níveis, da pré-escola ao ensino superior. Contudo, o processo de escolarização tem sido sempre acompanhando de atividades específicas de formação política. Na própria concepção de escola do MST, as duas dimensões estão interligadas. Conforme elucida o caderno de educação. *Uma escola que se organiza do jeito do MST, educa principalmente através das novas relações que*

*produz e reproduz, problematizando e propondo valores, alterando comportamento, desconstruindo e construindo concepções, costumes, idéias.*⁷

No campo político, o MST tem como uma das reivindicações fundamentais o acesso à escolarização da população do campo. Na expectativa de formar profissionais capacitados e vinculados à realidade do campo, o MST e outros atores que atuam no meio rural têm realizado vários debates e seminários visando a constituir uma proposta de educação direcionada para atender às necessidades do campo.

No âmbito deste debate, o MST constrói uma crítica que tem como fundamento a desigualdade do acesso à escola, apontando ainda as dificuldades com relação aos conhecimentos teóricos e práticos, distanciados da realidade e dos interesses desta população. A perspectiva é ter uma educação básica do campo voltada para atender aos interesses da área rural, que possa formar cidadãos.

Assim, o MST está diante de um duplo desafio: a reivindicação pela ampliação do acesso à educação voltada para o campo e a exigência imediata de capacitar e habilitar o corpo de seus militantes que em sua maioria têm origem rural, com déficit escolar. A escolarização constitui-se em uma demanda imediata, pois a formação política na lógica do MST requer habilidades e conhecimentos sobre a dinâmica da política, leitura e interpretação dos aspectos econômicos e sociais da realidade, enfim um capital cultural.

Para atender às demandas de formação e escolarização, o MST tem criado diversos espaços e estratégias, como: os encontros, os centros de formação, os convênios com instituições públicas de ensino, cursos concentrados, os chamados eventos de massa. Dessa forma, o MST oferece uma estrutura que possibilita a seus militantes o acesso a aprendizados político, social e cultural, através da participação nesses espaços e no desenvolvimento das atividades de coordenação e direção. O investimento do MST na formação/educação tem por base a capacitação de lideranças no domínio das diversas áreas do conhecimento, a especialização para funções de educação, saúde, produção.

Como resultado do destaque dado à escolarização na sua pauta reivindicativa, o movimento vem estabelecendo convênios com as instituições formais de ensino, Secretarias Estaduais e Universidades para assegurar a qualificação profissional e escolarização, principalmente de seus dirigentes e militantes, através de

⁷ Caderno de Educação do MST n. 9, 2000.

cursos como: Pedagogia (superior), de técnico agrícola e de saúde (médio), curso supletivo (médio e fundamental) e de alfabetização.

Em 1998, com a criação PRONERA – Programa Nacional de Educação para Reforma Agrária, possibilitou a ampliação de turmas de Educação de Jovens e Adultos, nas áreas de assentamento, bem como favoreceu a constituição de cursos formais, de nível médio – magistério e técnico agrícola e ensino superior, especificamente o curso de pedagogia.

Em outros termos, isso é parte da busca de autonomia do MST, por acreditar que conhecimentos político e técnico racionalizados, quando apropriados pelo corpo de militantes, garante a viabilidade das intenções transformadoras do movimento, nas diversas esferas da vida social.

A perspectiva do MST é valorizar os aprendizados adquiridos nas lutas sociais e superar os erros percebidos nas experiências organizativas anteriores, como a dependência, a fragmentação e o dogmatismo.⁸ Para isso, opera com conhecimentos e instrumentos diferentes, com vista a atingir seus objetivos de reforma agrária, justiça e transformação social. Para atingi-los, privilegia a intervenção por meio da prática da ocupação e do embate direto com o Estado.

Ancorado no ideário da transformação social, o MST traça políticas e estratégias cujos objetivos são construir a autonomia e “elevar a consciência política” dos sem terra. Para realização de tal propósito, intenciona garantir a formação dos militantes e quadros, com vista a propiciar conhecimentos e habilidades para organização e intervenção políticas na realidade social. Observando os encontros, cursos e analisando os documentos, podemos perceber que o processo formativo do MST tem como eixo central: autonomia do movimento, organicidade, consciência política e construção de novos valores. Estes aspectos estão presentes em todo o processo de formação política dos seus militantes.

Os relatos dos militantes e os documentos direcionados à ação formativa do MST indicam, de modo geral, que a preocupação centra-se na constituição do militante e sua qualificação, a partir do que o movimento entende sobre o que seria o “fazer de um militante”. Na ação da lógica formativa do MST, a militância *exige espírito de sacrifício, capacidade de organização, clareza ideológica e solidariedade*. Estes

⁸ Na revista Brava Gente (1999), João Pedro Stédile cita as características e princípios do MST, ressaltando os aprendizados e as diferenças em relação às experiências anteriores, destacando as concepções que influenciam a trajetória ideológica do MST.

aspectos devem ser trabalhados em toda a ação do Movimento e nas práticas dos militantes. A pergunta que se põe é: quais são os eleitos e se todos os militantes conseguem ter esse perfil. Todos que gravitam em torno do MST são considerados como militantes ou pelo menos militantes em potencial.

Para responder a estas questões, procuramos investigar como as pessoas se engajam no movimento e são selecionadas para fazerem os cursos nacionais, regionais e participarem dos encontros.

De acordo com os relatos, identificamos duas formas de entrada. Uma que se realiza pela aproximação com os ideais do MST, justificativa dada por militantes que já tiveram alguma participação em outros movimentos sociais, pastorais, sindicatos e associações políticas.

Outra forma de estabelecer vínculos com MST se dá por meio das ocupações, reuniões e nos chamados encontros de massa⁹. Nesses espaços, a atenção volta-se para os que se “sobressaem”, demonstrando capacidade de liderança, do exercício da fala e, principalmente, o compromisso com as tarefas atribuídas pelo movimento durante a realização das atividades.

O envolvimento nas atividades do MST requer assumir tarefas que são atribuídas ao participante no coletivo da direção e dos setores: coordenar, participar de reunião nos assentamentos, fazer e estar presente nas ocupações e nas mobilizações, manter o compromisso e a disciplina em todas as circunstâncias. Desse modo, é necessário que o sujeito ajuste sua vida às exigências do movimento.

Essas exigências iniciam-se com o envolvimento nas atividades do acampamento, onde são avaliados para terem acesso aos cursos e funções de maior destaque,

A maioria dos escolhidos para participarem de cursos precisam ter habilidades de liderança e disponibilidade de tempo para o movimento, podendo passar dias fora de casa. Em geral, estas características são encontradas em pessoas que não são casadas e com uma faixa etária de até 30 anos.¹⁰

Embora o MST considere que a formação política se realize em todo o processo organizativo, existem espaços próprios da formação que são reservados para os

⁹ Encontro de massa segundo o membro da direção estadual são aqueles destinados à participação de todos, para discutir temas específicos, por exemplo os cursos que foram realizados na UNICAMP, os encontros regionais envolvendo populações específicas, como jovens, mulheres, etc.

¹⁰ Tomamos como base a ficha cadastral do curso de Pedagogia da Terra, convênio UFRN/INCRA/MST, destinados a militantes em áreas de assentamento. Dos 60 alunos inscritos, 70% têm até 30 anos de idade.

sujeitos que se engajam no Movimento. Assim como em outras organizações políticas, parece que o militante e/ou dirigente segue as etapas de desenvolvimento para fazer parte das instâncias de direção, o iniciante no movimento deve passar por uma fase de treinamento e aprendizado dos princípios e estrutura da organização que nem sempre se restringe à participação em reuniões e assembléias. É preciso adquirir experiência prática nas lutas pelas quais o MST se produz – ocupações, mobilizações, contestação ao poder instituído. O participante deve estar disposto a realimentar tal dinâmica.

Quando se trata do MST, a primeira impressão é a de que todos os que participam de uma ocupação e se engajam nas mobilizações realizadas por este ator são integrantes natos do movimento; ao observar a dinâmica e organização das ações coletivas - encontros, cursos e vida no assentamento, percebemos, que apesar de existir uma identificação com as idéias, as relações de pertencimento que os sujeitos mantêm com o MST são diferenciadas, gerando, assim, níveis de envolvimento e participação diferente na estrutura da organização.

No exame da trajetória percorrida pelos entrevistados, constatamos a existência de diferentes formas de relações que os indivíduos mantêm com este ator na condição de militante e/ou assentado, as alterações nas condutas dos sujeitos estão relacionadas ao sentido que as ações políticas têm para sua vida. Os processos de envolvimento no MST dão novos sentidos e significados para a ação política, modificando também as condutas e as interações no campo da política, expressos no fazer do militante e no exercício da participação coletiva.

Nas atividades propostas pelo MST, podemos verificar que diferentes formas de inserção e engajamento político refletem as expectativas e os interesses em jogo tanto do ator, quanto dos sujeitos. Consideramos sujeito aquele portador de desejo, de uma história pessoal que atribui significados às suas experiências e que quer agir e ser reconhecido como ator. Enquanto isto, o ator é aquele que modifica o ambiente material e social, alterando a divisão do trabalho, as formas de decisão, as relações de dominação ou as orientações culturais (Touraine, 1995).

No processo de organização da luta pela conquista da terra, a intencionalidade MST reflete o desejo e os interesses dos sujeitos que fazem a ação acontecer. O ideário transformador e o horizonte da auto-realização fundem-se. Na organização do assentamento, o fazer político orientado por este ideário é transformado, perde a força que tinha no momento da ocupação e acampamento. As tensões geradas

no percurso e a recusa a um determinado modelo de organização transmitido pelos coordenadores da ação sinalizam para um certo distanciamento entre o ator e o sujeito.

Este distanciamento revela a dificuldade do ator estabelecer os nexos entre a política da emancipação e a política da vida, da auto-realização, da expressão dos desejos, das expectativas individuais, à medida que dada à urgência de construir a unidade se prioriza temáticas e ações voltadas para as questões mais gerais da atividade política. Isto pode ser observado no fazer militante, quando as decisões coletivas e demandas do movimento estão acima de qualquer posição individual.

Nas ações formativas, o objetivo é que este nexo seja estabelecido e para isso se cria instrumentos e um conjunto de conhecimentos, supostamente, necessário à constituição de um ideal de sujeito, engajado, valorizado enquanto indivíduo e defensor do ideário transformador. Para os sujeitos, as várias estratégias de acesso ao conjunto de informações e bens culturais propiciadas pelo MST lhes garantem uma auto-realização. Os encontros, os cursos, a escolarização, a participação são valorizados enquanto espaço de aprendizado e de sociabilidade.

Os cursos de formação políticos são espaços de acesso a um capital social, principalmente para indivíduos que demonstram as potencialidades de se constituir em um militante, na maioria das vezes, são aqueles que trazem em suas histórias biográficas características de liderança, habilidade oral, desenvoltura nos espaços públicos e/ou os que já participaram de experiências associativas em grupos de Igrejas, sindicatos, movimentos populares, entre outros.

Os processos de luta na ação de organização do acampamento e do assentamento dão origem a outros militantes, aqueles que se destacam na condução e na disposição para retroalimentação da dinâmica do Movimento. Este é o caso dos filhos de assentados. Jovens possuidores das potencialidades acima descritas, acabam sendo motivados pela direção do MST a irem assumindo tarefas importantes, como coordenar uma reunião, participar de uma negociação, como o caminho para participarem de cursos fora do seu estado de origem e, por fim, ocuparem funções de dirigentes.

Para estes personagens, participar dos cursos, dos encontros, assumir o papel de militante pode significar um prestígio social diante da comunidade. Assim, demandas do movimento de qualificar seus militantes convergem com as expectativas dos jovens assentados de ter acesso à informação e à escolarização.

Para estes sujeitos as mudanças na vida cotidiana são diversas, a rotina da vida pessoal é movimentada, são inúmeras as reuniões, o trânsito em diversos locais,

assentamentos, acampamentos e mobilizações. Ser militante significa estar sempre pronto atender aos chamados do Movimento. O coletivo MST deve estar acima das suas atividades pessoais.

A vida privada é alterada, à medida que os militantes assumem funções dentro da estrutura do Movimento, eles obtêm proveitos subjetivos, saem do anonimato e passam a ser reconhecidos por outros atores no espaço público. O coletivo do MST encarrega-se de pô-los no centro das disputas políticas, espaços onde circulam as informações que fazem parte das competências específicas do homem público. Tornam-se, assim, sujeitos falantes que adquirem as proteções úteis para sua afirmação enquanto militantes, conquistando por vezes posições de poder.

A abertura para esse novo mundo é acompanhada de treinamento e ensinamentos ideológicos, com vista a garantir a unidade e autonomia do movimento. Nesta perspectiva, institui-se um conjunto de práticas que se manifestam no ativismo político, na retórica da transformação e na crença da autoperfeição, através da mudança de valores e “elevação da consciência política”.

Para atingir os objetivos previstos, o MST elabora conteúdos e dinâmicas pedagógicas organizadas a partir da compreensão do seu corpo de especialistas, de modo que o processo de formação se baseia em um modelo de ensino centrado no conteúdo que precisa ser transmitido, valorizando a disciplina individual do aprendiz tanto dos conteúdos como das condutas, *O dirigente e/ou militante precisa ser também autodidata*.

Ser militante requer a reorganização de sua vida, estar disposto para a luta e incorporar o discurso do Movimento para si. Em contrapartida, esse sujeito tem a proteção do coletivo, o acesso à escolarização, o trânsito nas instâncias de decisões políticas e o reconhecimento de ser liderança. Em outros termos, assegura-se-lha um capital cultural que lhe garante um certo *status* social diante do seu grupo de origem.

As mudanças provocadas na vida dos militantes podem ser lidas como alterações descritas por Berger e Lukmann que são realizadas no processo de ressocialização. Para estes autores:

Uma condição para a alteração bem sucedida deve incluir condições sociais e conceituais, servindo as condições sociais evidentemente de matrizes para as conceituais. A condição social mais importante é a possibilidade de dispor de uma estrutura efetiva de plausibilidade, isto é, uma base social que sirva de ‘laboratório’ da transformação. Esta estrutura de plausibilidade será oferecida ao indivíduo pelos outros significativos com os quais deve estabelecer forte identificação afetiva (BERGER, 1985, p. 208).

Os capitais cultural e político, adquiridos na trajetória das lutas propiciadas pelo engajamento no Movimento, modificam a orientação da ação e o comportamento da vida cotidiana. Para os novos militantes, os assuntos e significados das conversas são outros. As práticas e estratégias utilizadas nos encontros e cursos assumem uma dimensão integradora e, portanto, socializadora, à medida que conhecimentos e valores novos são incorporados pelos sujeitos, gerando nova conduta.

Assim os sujeitos militantes alteram e ampliam seus horizontes sociais e políticos, produzidos pelos aprendizados adquiridos no processo de construção da ação coletiva e nos espaços de formação política e de escolarização.

Outro ganho da participação coletiva é a abertura para construção de novas estratégias de pensamento. O pensamento localizado, explicado através das experiências praticas concretas, começa a ser tencionado em decorrência das exigências externas e internas dos atores envolvidos disputas próprio do campo político. Estes atores impõem conhecimentos racionalizados, critérios técnicos e perspectivas amplas que exigem uma elaboração das explicações para além do imediato. Os cursos e treinamento apontam novos motivos para a ação sob a forma de padrões mais complexos do que os das práticas anteriores exigindo dos sujeitos a elaboração de novas condutas e novos sistemas de refletir o seu mundo social. Todo esse processo resulta em uma reorganização do pensamento, que possibilita a reflexão da realidade e do próprio processo da atividade humana.

BIBLIOGRAFIA

BERGER, Peter, LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1984.

BOURDIEU, Pierre. **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Atica, 1983.

_____. **O poder simbólico**, Rio de Janeiro: DIFEL, 1989.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas/SP: Papyrus, 1996.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do movimento sem terra**, Petrópolis: Vozes, 2000.

- CASTELLS, Manuel, **O poder da identidade**, Rio de Janeiro: Paz e Terra:
- FERNANDES, B. M. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da Libertação**. São Paulo: Moraes, 1980
- GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1997.
- GILDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.
- HELLER, Agnes. **Sociologia de la vida cotidiana**. Barcelona: Edicions Península, 1997.
- JULIEN. Freud, **Sociologia de Max Weber**. Rio de Janeiro: Florense-Universitária, 1987.
- MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais**. São Paulo: HUCITEC, 1989.
- Martins, José de Sousa. **Expropriação e violência**. São Paulo: HUCITEC, 1980.
- MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: Edusp, 2000.
- MOVIMENTO dos Trabalhadores Sem Terra - MST. **Princípios da Educação no MST. Caderno de Educação**, n. 9, 2000.
- MELUCCI, Aberto. **A invenção do presente**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- POKER, José Geraldo A. B. **Reinventando a vida**. São Paulo: USP/FFLCH, 1999. (Tese de Doutorado).
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1996.
- STÉDILE, João Pedro. O MST e a questão agrária. **USP Estudos Avançados**.v, 11, n, 31, 1997.

SPOSITO, Marília. P. **A ilusão fecunda**: a luta por educação nos movimentos sociais. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 1993.

STEDILE, JOÃO Pedro, FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente**: trajetória do MST no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo 1999.

TOURAINE. Alan. **Crítica da modernidade**. Petrópolis, Vozes, 1995.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: UnB, 1994.